

José Bonifácio de Andrada e Silva: revisitando os ‘apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil’

José Bonifácio de Andrada e Silva: revisitando las ‘notas para la civilización de los valientes indios del Imperio de Brasil’

Anna Maria Ribeiro F. M. da Costa²⁰
Lidiane Álvares Mendes²¹

RESUMO: Para além das comemorações alusivas ao bicentenário da independência do Brasil, por que visitar o estudo *Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil*, de autoria de José Bonifácio de Andrada e Silva. Cremos que, apesar da distante temporalidade do documento, grande parte das preocupações de seus fundamentos se faz presente no cenário da política indigenista da atualidade. Neste estudo, portanto, iremos rever os apontamentos citados acima, sobretudo quando se refere aos povos indígenas. Nosso percurso escriturístico é iniciado com uma breve biografia de José Bonifácio, o “Patrono da Independência”, com ênfase no seu papel no processo de independência junto ao Imperador D. Pedro I. Seguimos com uma apresentação de *Projetos para o Brasil*, livro organizado por Miriam Dolhnikoff (2000) que disponibiliza um precioso conjunto de escritos de José Bonifácio. Finalizamos com uma análise dos *Apontamentos para a Civilização dos Índios bravos do Brasil* que discorre sobre os esforços do líder político do Império e seus propósitos de pôr em prática um projeto de integração dos índios à sociedade nacional.

20 Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Membro efetiva do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. E-mail: anna-edu@hotmail.com

21 Mestre em História Social pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Professora da rede pública e privada de ensino em Cuiabá/MT. E-mail: lidianemendes2@hotmail.com

Palavras-chave: José Bonifácio de Andrada e Silva. Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil. Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil.

RESUMEN: Además de las conmemoraciones alusivas al bicentenario de la independencia de Brasil, ¿por qué revisar el estudio *Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil*, de José Bonifácio de Andrada e Silva? Creemos que, a pesar de la lejana temporalidad del documento, gran parte de las preocupaciones de sus fundamentos están presentes en el escenario de la política indígena actual. En este estudio, por lo tanto, revisaremos las notas mencionadas anteriormente, especialmente cuando se hace referencia a los pueblos indígenas. Nuestro viaje escritural comienza con una breve biografía de José Bonifácio, el “Patrón de la Independencia”, con énfasis en su papel en el proceso de independencia con el Emperador D. Pedro I. Continuamos con la presentación de *Projetos para o Brasil*, libro organizado por Miriam Dolhnikoff (2000) que ofrece un precioso conjunto de escritos de José Bonifácio. Terminamos con un análisis de los *Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil* que discute los esfuerzos del líder político del Império y sus intenciones de poner en práctica un proyecto de integración de los indios en la sociedad nacional.

Palabras claves: José Bonifácio de Andrada e Silva. Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil. Assembleia General, Constituyente Y Legislativa del Imperio de Brasil.

Introdução

Os índios devem gozar dos privilégios da raça branca.
José Bonifácio de Andrada e Silva (2000, p. 64)

Uma infinidade de acontecimentos e personagens se faz presente nos livros didáticos de História do Ensino Fundamental e Médio. Nesses espaços, prevalece uma organização historiográfica curricular de caracteres cronológico e linear, ainda que se façam presentes estratégias de inovação para estabelecer articulações na abordagem nacional-mundial e de se livrar de fragmentações entre espaço e tempo. São poucas personagens que nela transitam. Afinal, a História tem muitas caras. Quem é contemplado a ocupar o púlpito da historiografia? Essa escolha é bastante controversa.

Lembramos dos estudos *O mito do herói nacional*, de Paulo Miceli (1994), e *Meus heróis não viraram estátua*, de Luiz Bolognesi e Pedro Puntoni (2012). E por que não *Ideologia* (1988), dos cantores e compositores Cazuza e Frejat? Todos, às suas maneiras, põem em discussão as tantas “verdades” históricas estabelecidas quase sempre por um pensamento hegemônico, com influência preponderante exercida por cidades, povos, países sobre outros.

Quais nomes são escolhidos para logradouros? Quais monumentos são reservados aos espaços públicos? Quem determina a escolha de pessoas para se imortalizarem em esculturas? Quem autoriza sua retirada? Neste último caso, como moradoras da cidade de Cuiabá, Mato Grosso, fazemos referência ao fato ocorrido em 2019 com a *Árvore de todos os povos*, escultura-poema de Wladimir Dias-Pino (1927-2018), e o mural de Adir Sodré (1962-2020). Após a reforma da Praça 8 de Abril, onde estavam instaladas as referidas obras, as mesmas deixaram de integrar o cenário do logradouro. Diversas manifestações acontecem na cidade. Reivindicam esclarecimentos sobre o paradeiro da *Árvore de todos os povos* e seu imediato retorno ao local de origem e a recriação do mural que foi apagado.

No ano em que se comemora o bicentenário da independência do Brasil, destacamos a figura do estadista José Bonifácio de Andrada e

Silva (1763-1838). José Bonifácio, um herói nacional, vem sendo homenageado com nomes de avenidas, ruas, praças e inúmeras estátuas edificadas em diversas partes do Brasil e até mesmo nos Estados Unidos. Em 21 de abril de 2007 seu nome foi inscrito nas páginas de aço do *Livro de heróis e heroínas da pátria*, mantido no Panteão da Pátria Tancredo Neves, localizado na Praça dos Três Poderes, em Brasília. No encontro de personagens brasileiras, foi proclamado oficialmente “Patrono da Independência” por sua atuação no processo de independência do Brasil (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 2018). José Bonifácio, após a partida de D. João VI para Portugal ocorrida em 1821, passou a ser o principal ministro e conselheiro de D. Pedro I, Príncipe Regente do Reino do Brasil. Tornou-se responsável por executar uma política rumo à plena independência do Brasil e à defesa de sua integridade territorial.

Sobre o “Arquiteto da Independência”, “Pai da Pátria”, “Timoneiro da Independência”, como também é referendado, nos ocupamos especialmente com seu estudo *Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil*, publicado no livro *Projetos para o Brasil / José Bonifácio de Andrada e Silva*, organizado por Miriam Dolhnikoff (2000). Dividido em três partes, iniciamos com “O Brasil do ‘velho Bonifácio’, que se dispõe a trazer breves dados sobre sua trajetória política, fundamentais ao entendimento de seus *Projetos para o Brasil*. Seguimos com uma explanação de *Projetos para o Brasil*, que expõe um precioso conjunto de escritos de José Bonifácio que contempla uma diversidade considerável de temáticas: escravos, índios, mulheres, sesmarias, povoação do Brasil, dissolução da Assembleia Constituinte, D. Pedro I, dentre outras. Por último, adentramos em *Apontamentos para a Civilização dos índios bravos do Império do Brasil*, de 1823, de José Bonifácio de Andrade e Silva. Discorremos sobre seu programa de integração dos índios à sociedade, com vista à catequização e ao aldeamento destinados aos “índios bravos”. Silva (2000) propunha promover a miscigenação entre índios e “brancos”, que resultaria no surgimento de uma nova raça e homogeneização da cultura brasileira, com a prevalência do elemento “branco”, que para José Bonifácio era o “civilizador”.

O herói que escreveu muitas histórias e virou estátuas por este Brasil afora permanece longe de habitar o imaginário do povo brasileiro. Encoberto por outros “heróis nacionais”, Carlos Guilherme Mota (1998) ressaltou que José Bonifácio de Andrada e Silva permanece envolto em uma reduzida imagem: “Patrono da Independência”. Vida, obra e ideias provocativas à frente de seu tempo permanecem ainda hoje à sombra. Por outro lado, seu nome se inscreve em livros didáticos e em inúmeras cidades e logradouros do Brasil. Como definiu o historiador acima citado, um “enigma histórico-ideológico”. O historiador José Caldeira (2017), ao concordar com Mota, o coloca também como “Patriarca das florestas do Brasil”, diante sua preocupação com a destruição de florestas no território nacional, externada em 1821, quando o Brasil estava na condição de Reino Unido a Portugal.

Em relação aos povos indígenas, José Bonifácio, em seus *Apontamentos para a Civilização dos índios bravos do Império do Brasil*, idealizou a integração do indígena à sociedade brasileira. Ideias essas encontradas no indigenismo de Candido Mariano da Silva Rondon. Presentes no sentimento de muitos brasileiros que entendem os povos indígenas como empecilho ao desenvolvimento de uma nação. Discurso que se encontra vigente no Império e na República do Brasil.

O Brasil do “Velho Bonifácio”

Nascido João Bonifácio na vila portuária de Santos nos idos de 1763, de família bem conceituada social e economicamente, não possuía títulos de nobreza, mas gozava de conforto financeiro e certa influência. Viveu no lugarejo até os 14 anos quando mudou-se para São Paulo. Alterou seu nome quando passou a se chamar José Bonifácio. Considerado homem feito aos 17 anos, partiu em viagem pelo interior do Brasil. Foi de São Paulo a Santa Catarina, onde suas observações sobre a pesca da baleia lhe renderam artigos científicos. Esteve em Minas Gerais para também observar a mineração daquelas paragens.

Em seu retorno ao Rio de Janeiro, embarcou para a Europa no ano de 1783, quando só voltou à terra brasileira trinta e poucos anos depois. Do Brasil que José Bonifácio de Andrada e Silva deixou ao cruzar o Atlântico

para aquele que encontrou por ocasião de seu retorno, pouca coisa havia mudado. Os ares da Revolução Francesa e os ideais iluministas chegavam por aqui nos discursos de intelectuais e cientistas que bradavam pelos jornais apelos abolicionistas, republicanos e federalistas. Porém, esses ideários não foram suficientes para proclamarem a independência do Brasil, alforriar os escravos e propor educação primária, tão pouco para pensar sobre a situação dos indígenas, da reforma agrária e de tantos outros problemas desse país colonial.

O Brasil ainda vivia sobre o cetro da Coroa Portuguesa e, como sua metrópole, não progredia nos aspectos sociais e econômicos. No entanto, o século XIX trouxe consigo a independência de várias colônias das Américas. As repúblicas que se formavam nas terras além-mar abalavam o então Reino Unido de Portugal e Algarves, a anunciar que a independência não tardaria. Uma questão de tempo!

O pano de fundo do desembarque de José Bonifácio não era dos mais animadores para alguém que respirava os ventos transformadores da Europa. O Brasil de 1819, ano de seu regresso, era o espelho de Portugal: pobre, retrógrado, arcaico, escravocrata, intolerante, com uma economia sugada por Portugal. Para Caio Prado Júnior (1981, p. 90), o Brasil desse período “baseava-se na estrutura econômica básica que produzia para exportar e que se organizara, não para atender a necessidade própria, mas para servir a interesses estranhos.”

Com o retorno de Dom João VI para Portugal, o Brasil ficou com seus cofres vazios. A extração de ouro e diamantes, a produção do açúcar em decadência devido ao surgimento de outros centros produtores, o que se esperar da Colônia portuguesa na América, a não ser “corpos imensos de cabeças pequenas.” (PRADO JÚNIOR, 1981, p. 88). Corpos que enchiam a sala do beija mão e compravam títulos de nobreza, formando uma elite conservadora, ignorante e atrasada. Juntando-se a uma economia capenga, aqui e acolá eclodiam reuniões formadas por insatisfeitos com o Antigo Regime. Conflitos e revoltas regionais eram constantes.

De cada três brasileiros, dois eram escravos, negros forros, mulatos, índios ou mestiços. Era uma população pobre e carente de tudo. O medo de uma revolução escrava pairava sobre a minoria branca.

Os analfabetos somavam 90% dos habitantes. Os ricos eram poucos e, em sua maioria, ignorantes. (GOMES, 2010, p. 56).

O cenário político, econômico e social não era convidativo para quem conviveu no “Velho Mundo” e ocupou o posto de defesa militar em Portugal durante a Revolução Francesa e vivenciou profundas transformações que ocorreram na Europa. Seus conhecimentos sobre a terra natal estavam nas correspondências que trocava com amigos e familiares.

No Brasil, pensava em descansar na localidade de Ourinhos. Não tinha mais fôlego de outrora, quando Portugal desejou ser reconhecido e ocupar cargos de alto escalão. Nem mesmo a maçonaria, na qual tinha sido iniciado quando era um estudante na Universidade de Coimbra, abriu-lhe as portas que desejava em solo luso. Porém, em terra brasileira, fez uso da fraternidade secreta para se articular. Uma vez em São Paulo, por influência de seus irmãos, integrou a Junta Governativa que reconheceu Dom Pedro de Alcântara como Príncipe Regente do Reino do Brasil. Mais tarde, essa fraternidade secreta o destituiu do cargo de Ministro das Negociações do Reino e Estrangeiros, quando se empenhou para que o Brasil se tornasse independente de Portugal, apoiando-se na monarquia constitucional.

José Bonifácio foi um homem repleto de contradições. A soberba, os adultérios, a pretensão e a arrogância na rudez de suas atitudes que tanto lhes apontaram seus opositores não apagaram as convicções de que as transformações sociais e econômicas que vivenciou na Europa deveriam ser implantadas aqui. (PRIORI, 2019)

Sobre suas opiniões, que por vezes foram mal interpretadas, José Bonifácio, em inúmeras de suas anotações e considerações sobre o Brasil, avaliou a necessidade da miscigenação para a civilização desta nação.

É da maior necessidade ir acabando tanto heterogeneidade física e civil; cuidemos, pois, desde já, em combinar sabiamente tantos elementos discordes e contrários e em amalgamar tantos metais diversos, para que saia um todo homogêneo e compacto, que se não esfacle ao pequeno toque de qualquer nova convulsão política. Mas que ciência química e que desteridade não são precisas aos operadores de tão grande e difícil manipulação? (SILVA, 2000, p. 63).

Comparava a homogeneidade das raças às composições metálicas. Para Bonifácio, era necessário construir uma raça brasileira, pois em sua concepção o Brasil precisava de um povo forte que pujasse em suas veias a ordem, a disciplina e a civilidade das grandes nações europeias. Foi subjugado e traído por aqueles que nos bastidores tramaram sua saída do ministério. Nos jornais de oposição eram divulgadas situações sobre sua conduta moral, seus pensamentos e sobretudo sobre seu caráter.

Um de seus inimigos declarados foi Cipriano Barata, cirurgião, filósofo, político e jornalista. Em seus artigos publicados no jornal *Sentinella da Liberdade na Guarita de Pernambuco*, Barata destilou seu fel contra José Bonifácio e seus irmãos, os afamados políticos “irmãos Andrada”, como foram chamados à época:

prossigo que os senhores Andradas tem corações ferozes por essencia de sua natureza e são capazes de servir ao publico por suas maneiras duras e crueis; o senhor Joze Bonifacio sendo Intendente da Policia do Porto (ou em lugar similhante) foi um verdugo da humanidade. (O SENTINELLA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO, 1823, p. 1).

Muitas vezes, as ofensas eram redigidas em tom de alerta ao povo brasileiro, acusando os Andradas de terem as mãos banhadas de sangue, de conduzir seus discursos a seu bel prazer e mais verbos, substantivos e adjetivos em críticas às suas ações e falas, que não tardou a revidar. O revide veio em forma de publicações também em um jornal, *O Tamoyo* (1823) consistia em um periódico de circulação efêmera onde não só José Bonifácio, mas seus apoiadores se defendiam.

As respostas às provocações e acusações de Barata e de outros opositores vieram em tom de defesa e, sobretudo, na montagem do cenário para consagração de José Bonifácio de Andrada e Silva como o “Patrono da Independência”. Nessa contenda e trocas de farpas, os redatores de *O Tamoyo* defendiam os Andradas, tecendo elogios e acusando os opositores: “apezar dos latidos do Correio, e dos seus correspondentes, o Brasil olhará agradecido para os Andradas, como para seus libertadores, a fama desses inernitaveis Cidadãos, ora grosseiramente caluniados, crescera com a idade.” (O TAMOYO, 1823, p. 2)

As escritas que vociferavam a favor dos “irmãos Andrada” tornaram-se reticências e o presságio de que o Brasil olharia agradecido aos feitos dos irmãos, principalmente José Bonifácio, se cumpriu. Do palco de elogios ao título de “Patrono da Independência,” este personagem entrou para a história do Brasil. Porém, antes que seus feitos fossem oficializados, sofreu no exílio. Seus propósitos não agradaram Dom Pedro I e, nesse momento, entraram em rota de colisão. O Imperador do Brasil, sem pestanejar, enviou os “irmãos Andrada” para a França. O desenho da primeira Constituição brasileira não atendia aos interesses de D. Pedro I.

Em 12 de novembro d. Pedro ordena o fechamento da Constituinte, por discordar do projeto de Constituição elaborado pelos deputados. Nesse mesmo dia, Bonifácio é preso em sua casa e conduzido para o Arsenal da Marinha, para onde foram levados presos outros constituintes considerados perigosos. Poucas horas depois é transferido para a fortaleza de Laje e em 20 de novembro é exilado para a França. (DOLHNIKOFF, 2000, p. 18).

Seis anos passaram. Nesse ínterim, José Bonifácio novamente leu sobre sua terra e trocou correspondências. Escreveu seus *Projetos para o Brasil* como apontam os organizadores de suas memórias. A ironia do destino fez com que Dom Pedro I o chamasse de volta, em 1831, para que fosse o tutor de seus filhos.

Em seu retorno, José Bonifácio encontrou o Brasil moldado com as mesmas estruturas prosaicas que havia deixado – talvez quase um espelho de 1819. A Independência que não foi, pois o grito de liberdade não cerrou os grilhões da escravidão, tão pouco a educação primária e uma economia ainda capenga.

José Bonifácio não aceitou o cargo somente para pajear os herdeiros do trono. Aproveitou-se da liberdade de ir e vir pelos corredores da Regência para se expressar na Assembleia Constituinte e Legislativa do Império do Brasil. Em 1833 foi destituído da tutoria. Passou o resto de sua vida quase que no ostracismo. Longe da vida pública que tanto lhe afagou a alma, das discussões acaloradas e ideias inovadoras, foi se convalescendo. José Bonifácio faleceu em 1838. Seu cortejo foi acompanhado

por amigos, familiares e curiosos, assistido também por Dom Pedro II, da sacada do Paço, com apenas 13 anos de idade. Seu corpo foi levado a Santos, sua terra natal. Sobre o pensamento de José Bonifácio,

de acordo com as divisões maniqueístas da política brasileira de então e de agora. No campo social, defendia ideias progressistas, como a gradativa extinção do tráfico e da escravidão, e exigia tratamento digno aos índios brasileiros, sobre os quais publicara algumas teses. Era a favor da reforma agrária, da livre entrada de imigrantes no país e do trabalho assalariado. (BUENO, 2003, p. 176).

José Bonifácio de Andrada e Silva viveu e morreu em um tempo de profundas transformações. Perseguiu o alto escalão, o reconhecimento, a glória por seus feitos. Realizou importantes pesquisas científicas e propostas para um Brasil livre, que pudesse ser conduzido ao patamar de uma grande nação. Controverso em suas atitudes, negou a honraria oferecida por Dom Pedro I, a Ordem do Cruzeiro do Sul. Suas propostas para o Brasil foram veementemente renegadas pelos conservadores e até mesmo por alguns apoiadores. Para eles, era inadmissível pensar no fim da escravidão, a exemplo, de uma de suas proposições para uma nova nação, sendo este modelo servil à base da economia nacional.

Projetos para o Brasil

Projetos para o Brasil (DOLHNIKOFF, 2000) disponibiliza anotações, considerações e ideias avulsas de José Bonifácio, um homem reformista que pensou um Brasil pós-independência inspirado nas nações europeias. Debruçou-se para a consolidação de suas ideias para o nascimento de um grande país. Os tópicos da obra *Projetos para o Brasil*, elencados por Dolhnikoff (2000) de maneira sistematizada e com subtópicos são alocados em: Representação à Assembleia Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura; Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império; Paládio contra revoluções políticas; Apontamentos sobre as sesmarias no Brasil; Misturaremos os negros com as índias; Colônia de pretos; Caráter dos brasileiros; Sobre a fidalguia; O governo deriva da propriedade; Heresias literárias; Força primordial; Avulsos, Miscelânea e Pessoal. Podemos observar, por exemplo, suas

considerações em relação ao papel da mulher na sociedade, “por que as mulheres devem obedecer a leis feitas sem sua participação e consentimento? (SILVA, 2000, p. 179). Ou, “educar as mulheres, para que estas eduquem seus filhos e maridos; e nesta parte seguir o sistema de Catarina.” (SILVA, 2000, p. 180)

Para além das mulheres que aparecem timidamente em suas considerações, José Bonifácio descreve a índole, o caráter e a moral do povo brasileiro. O ócio, a inversão de valores, a indolência são ressaltadas. Sobre tais comportamentos ele escreve:

Quando me ponho a refletir no estado e na índole atual dos meus naturais e considero atentamente na sua educação e polícia, não me admiro que sejam maus e corrompidos; admiro-me decerto que o não o sejam mais ainda – e pelos meios ordinários nenhuma esperança me fica na sua regeneração. Como podem ser eles virtuosos, se não são, para assim, mecanicamente educados para a virtude; se desde a mais tenra mocidade todos os exemplos que os rodeiam os conduzem ao crime a ao mais envilecido egoísmo? (SILVA, 2000, p. 99).

Sobre o caráter do povo brasileiro, Silva (2000, p. 197) não deixou dúvidas de sua posição, seu pensamento e seu caráter: “Meu caráter reúne contradições palpáveis, ativo por vezes, e indolente por gosto, capaz dos maiores esforços de trabalho, contando que não seja monotônico, e diariamente regular”. Comportamento peculiar e parecido com os de seus conterrâneos que tanto o desagradava, como ele mesmo externou: “indolente por gosto!” (SILVA, 2000, p. 177).

Seu pensamento crítico não poupou a Igreja Católica e seu clero. Corajoso! Pois, sendo o Brasil um país de colonização católica e que por séculos não permitiu que outras religiões se propagassem aqui, pelo menos não oficialmente, Bonifácio considerava que “a religião que convida à vadiagem e faz do celibato uma virtude é uma planta venenosa no Brasil. Demais, o catolicismo convém mais a um governo despótico, que a um constitucional.” (SILVA, 2000, p. 177).

Suas reflexões mais profundas, que balançavam as bases econômicas e sociais do país, não dizem respeito somente ao papel das mulheres, tão pouco se restringiam à religião ou ao comportamento vil da sociedade

local. São análises e propostas sobre a escravidão e os *Apontamentos para a civilização dos “índios bravos” do Império do Brasil*. Junto à polêmica desses assuntos, são abordadas a miscigenação entre índios e negros que, em seu entendimento, poderiam gerar homens e mulheres fortes e pertencentes a esta nação. “Misturemos os negros com as índias, e teremos gente ativa e robusta – tirará do pai a energia, e da mãe a doçura e bom temperamento.” (SILVA, 2000, p. 82).

Bonifácio avaliava que “o legislador sábio e prudente é um escultor, que de pedaços de pedra faz estátuas.” (SILVA, 2000, p. 81). Uma alusão à miscigenação de forma oficial para a construção de uma identidade nacional. Outra questão que se relacionava à identidade nacional era a escravidão, uma situação de atraso, em seu entendimento. Em uma de suas alocuções à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, declarou:

E por que os brasileiros somente continuarão a ser surdos aos gritos da razão, e da religião cristã, e direi mais da honra e do brio da nacional? Pois somos a única nação de sangue europeu que ainda comercia clara e publicamente em escravos africanos.” (SILVA, 2000, p. 24).

Sobre a escravatura, em trinta e dois artigos apresentados à Assembleia Geral Constituinte do Império do Brasil, José Bonifácio de Andrada e Silva dispõe sobre alforrias dadas e benesses que receberiam seus senhores e estes que alforriassem negros escravizados, velhos e doentes teriam que sustentá-los. Dentre os artigos, selecionamos trouxemos um que trata sobre a gestação de mulheres negras escravizadas:

A escrava durante a prenhez, e passado o terceiro mês, não será obrigada a serviços violentos e aturados; no oitavo mês só será ocupada em casa; depois do parto terá um mês de convalescença; e passado este, durante um ano não trabalhara longe da cria. (SILVA, 2000, p. 36)

E, sobre premiações aos senhores de escravos que alforriassem:

Para recompensar a beneficência e sentimentos de religião e justiça, todo senhor, que der alforria e mais de oito famílias de escravos, e lhes distribuir terras e utensílios necessários, será contemplado pelo

governo como benemérito da pátria, e terá direito a requerer mercês e condecorações públicas. (SILVA, 2000, p. 38)

Os artigos acima surtiram efeitos negativos. Bonifácio mexeu em um vespeiro. A escravidão consistia na base econômica em um país em que a Assembleia era constituída pela elite conservadora. Eram propostas inovadoras para aquele corpo legislador. Mas, este era Bonifácio, sábio e intransigente. Quando os ventos não sopravam a seu favor, debruçava-se em alçadas perigosas para a época.

Nem correndo riscos, José Bonifácio optou pelo silêncio. Sobre a amizade construída e destruída em tão pouco tempo com o jovem príncipe, escreveu o que pensava sobre a postura de Dom Pedro I. Em uma de suas missivas endereçada ao Príncipe Regente com o título de “Pérfido Pedro”, ele desabafou:

Pérfido Pedro, quando me fazia amizades com a metade do rosto, com a outra se azedava da minha popularidade e no seu corrompido coração tramava calúnias, que espalhava contra mim – claramente espalhava entre seus escravos rumores surdos, que me eram desfavoráveis, e por todos os meios procurava abortar os meus planos e projetos. Com a máscara da fraqueza iludia a minha boa-fé, e acolhia os meus mais secretos pensamentos, que espalhava às escondidas, desnaturando-os e empeçonhendo-os. Quando obrava despropósitos, dizia que lhos tinha aconselhado; e quando cedia às minhas representações, dizia que se tinha arrependido de ter cedido à amizade que bazofiava de ter por mim. (SILVA, 2000, p. 125).

Este foi Bonifácio. Amargurado com o rompimento brusco dos laços com o Príncipe Regente. Sua ida para o exílio aumentou seu sentimento de amargura e traição. Tais sentimentos foram esquecidos, tão logo o próprio D. Pedro I pediu-lhe que retorne ao Brasil. Mesmo com os sabores da amizade com o Imperador, suas histórias entrelaçam-se e, nesta junção, José Bonifácio sabia do lugar que ocupara no cenário nacional. A relevância de suas ideias para a formatação de um Brasil perpassou o tempo e, conforme ele previu, “ler-me-ão até o fim do mundo, se esta obrinha lá chegar”. (SILVA, 2000, p. 200).

Os “índios bravos” do Brasil

Pouco antes da independência do Brasil, em 1821, em um momento em que o Brasil caminhava para o estabelecimento de uma Monarquia Constitucional, José Bonifácio apresentou às Cortes de Lisboa seus *Apointamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil*. No documento, José Bonifácio fixou uma exposição de procedimentos contendo 44 itens voltados aos meios para a “civilização” dos índios: justiça, brandura, constância e sofrimento da nossa parte, estabelecimento de comércio com os indígenas, relacionamento amistoso com os “índios inimigos”, favorecimento de casamentos entre indígenas e não indígenas (SILVA, 2000, p. 53). Contudo, não obteve êxito em transformar seu escrito em lei. Almejava que os índios tivessem reconhecidos os seus direitos sobre as terras que ainda lhe restavam (SILVA, 2000). Consistia, também, em um programa de assimilação dos indígenas de índole “brava” que pela matriz dominante adotaria métodos “brandos”, isto é, educação, trabalho, agricultura, comércio, convívio e casamento com “brancos” e escravos, contando com a participação de

brancos e mulatos morigerados para misturar as raças, ligar os interesses recíprocos dos índios com a nossa gente, e fazer deles todos um só corpo da nação, mais forte, instruída, e empreendedora, e destas aldeias assim amalgamadas irá convertendo algumas em vilas. (SILVA, 2000, p. 61)

Após a independência, com poucas modificações, a mesma proposta foi apresentada à Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, instalada em 3 de maio de 1823, no Rio de Janeiro. O projeto constitucional, que desenhava um teor moderador, causou o rompimento de D. Pedro I com os constituintes, diante sua não aceitação à tentativa de redução do seu poder. Com apoio dos militares, o monarca deu um golpe de Estado ao dissolver a Constituinte. Foi a “noite da agonia”, no Rio de Janeiro, em 12 de novembro de 1823, quando as atividades da primeira Assembleia Constituinte do Brasil independente eram marcadas pela intranquilidade.

Em 12 de novembro do mesmo ano, D. Pedro I nomeou um Conselho de Estado para a elaboração de uma Constituição, procedimento

de que tanto necessitava o Brasil, especialmente para a consolidação de sua soberania. Foi no ano de 1824 que a primeira Constituição do Brasil, apelidada de “Constituição da Mandioca” em referência ao “critério censitário estabelecido para o direito de voto. Só poderiam ser eleitores ou candidatos a deputado aqueles que tivessem renda anual equivalente a 150 alqueires de farinha de mandioca. Este critério mostrava a influência da elite agrária brasileira” e dava amplos poderes ao Imperador do Brasil. (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 233). O Brasil estabelecia um governo monárquico, hereditário e constitucional representativo. Os *Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil* foram engavetados, em descumprimento à proposta inicial de serem discutidos durante a Assembleia Constituinte. (FAUSTO, 2007).

Não se tem dúvidas de que os *Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil* possibilitaria ao Império do Brasil uma urgente discussão sobre política indigenista. A proposta de José Bonifácio não se limitava à produção de um discurso que contemplasse um Brasil independente, que precisava ser “civilizado”. Seus *Apontamentos* buscavam um indigenismo que apresentasse significativas mudanças em relação às ações da Colônia, ao Diretório do Índios (1755-1798). E mais: erguia o processo educativo como uma ação transformadora da sociedade e a “mestiçagem” como propulsora de uma “nova raça”.

A crença de José Bonifácio era a de que a “mestiçagem” seria o caminho que levaria ao surgimento de uma “nova raça”, assim como a instituição de uma “cultura comum”. Por “nova raça” e “cultura comum”, José Bonifácio contaria com “o elemento branco e civilizador”, termos usados em seus *Apontamentos*. Para isso, o governo deveria “favorecer por todos os meios possíveis os casamentos entre índios, brancos e homens de cor.” Seus *Apontamentos* dão a conhecer um minucioso programa de integração dos indígenas à sociedade nacional. Nas palavras de seu autor, tratava-se “do modo de catequizar, e aldear os índios bravos do Brasil: matéria esta de suma importância, mas ao mesmo tempo de grandes dificuldades na sua execução”. (SILVA, 2000, p. 47). E, de forma sistemática, expõe suas explicações sobre em que consistiam as grandes dificuldades de execução de seu programa:

1º) de serem os índios povos vagabundos, e dados a contínuas guerras e roubos; 2º) de não terem freio algum religioso, e civil, que coíba, e dirija suas paixões, donde nasce ser-lhes insuportável sujeitarem-se a leis, e costumes regulares; 3º) entregues naturalmente à preguiça, fogem dos trabalhos aturados e diários de cavar, plantar e mondar as sementeiras, que pelo nímio viço da terra se cobrem logo de mato, e de ervas ruins; 4º) porque temem, largando sua vida conhecida e habitual de caçadores, sofrer fomes, faltando-lhes alimento à sua gula desregrada; 5º) para com as nações nossas inimigas recresce novo embaraço, e vem a ser o temor que têm que depois de aldeados vinguem a nosso sabor as atrocidades contra nós cometidas ou porque não vendo ainda provado o devido castigo de seus atentados, desprezam-nos, confiados na sua presumida valentia; e achando ser-lhes mais útil roubar-nos que servir-nos; 6º) porque os mais valentes e poderosos dentre eles temem perder a ocasião de cobrar entre seus naturais o nome de guerreiros, que muito prezam, esperando ficar seguros das nossas armas no meio de suas matas, e esconderijos; 7º) finalmente porque conhecem que se entrarem no seio da Igreja, serão forçados a deixar suas contínuas bebedices, a poligamia em que vivem, e os divórcios voluntários. (SILVA, 2000, p. 47).

No que diz respeito às maneiras de como eram representados os indígenas do Império pela população não indígena, José Bonifácio denominava-os de “povos vagabundos”, “dados a contínuas guerras e roubos”, “preguiçosos”, de “gula desregrada”, de “presumida valentia”. Considerados avessos ao trabalho agrícola, despossuídos de preceitos éticos, nem mesmo religiosos e civis que obstassem “suas paixões”, com gosto ao roubo ao invés de servir aos trabalhos a eles impostos. Por outro lado, José Bonifácio, que defendia a humanidade, a perfectibilidade e a criação de estabelecimentos de catequese e “civilização” dos indígenas, expostas na legislação indigenista Imperial, inclusive o artigo da Constituição de 1823 que viriam a ser formalizadas no Regulamento das Missões de 1845. O Brasil, na análise de Oliveira e Freire (2006, p. 97), “daria aos índios hostis a oportunidade de constituírem uma sociedade civil. Essas ideias acabaram formalizadas no Regulamento das Missões, datado de 1845.

A política para os povos indígenas concentrava-se nas ideias de José Bonifácio de Andrada e Silva como um projeto político maior. Consistiu em um chamamento dos indígenas

à sociedade civil, amalgamá-los assim à população livre e incorporá-los a um povo que se deseja criar. É no fundo o projeto pombalino, mas acrescido de princípios éticos: para chamar os índios ao convívio do resto da nação, há de tratá-los com justiça e reconhecer as violências cometidas. (CARNEIRO DA CUNHA, 1998, p. 137).

Em seu *Apontamentos*, sobre as violências cometidas contra os povos indígenas, José Bonifácio reconheceu

o desprezo, com que geralmente os tratamos, o roubo contínuo das suas melhores terras, os serviços a que os sujeitamos, pagando-lhes pequenos ou nenhum jornais, alimentando-os mal, enganando-os nos contratos de compra, e venda, que com eles fazemos e tirando-os anos e anos de suas famílias, e roças para os serviços do Estado, e dos particulares; e por fim enxertando-lhes todos os nossos vícios, e moléstias, sem lhes comunicarmos nossas virtudes, e talentos. (SILVA, 2000, p. 48).

José Bonifácio, que providenciava a construção de um Brasil livre e moderno, não testemunhou a consolidação de uma proposta administrativa imperial. Em relação aos povos indígenas, “se o índio real era discriminado, cabia aos dirigentes políticos apropriarem-se da imagem do ‘bom selvagem’ que continuava a ser difundida pelo Romantismo europeu, encontrando sua expressão brasileira no ‘indianismo literário’”. (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 97). Seu projeto civilizacional para os indígenas, em “estado selvático” visava a inserção dos indígenas à população não indígena, isto é, ao “mundo civilizado”. A criação de novos aldeamentos e a reativação de antigos tornaria essencial, impondo a transferência compulsória aos indígenas, obrigando-os a deixar suas aldeias.

Seus projetos não obtiveram o reconhecimento das Cortes Gerais de Lisboa, onde foi apresentado inicialmente. Para o etnohistoriador Carlos de Araujo Moreira Neto (2005, p. 247), é de causar surpresa “que, pelo menos o plano de José Bonifácio, pela extraordinária importância e prestígio desse líder político, tenha sido, posteriormente,

também rejeitado, depois, pela Assembleia Constitucional que preparava a Constituição Política do Império do Brasil, de 1824”, outorgada pelo Imperador. No Brasil pós-independente prolongou-se a velha política indigenista do período colonial. Significou a predominância dos interesses da classe dominante em detrimento à perspectiva humanista de José Bonifácio. D. Pedro I, com a dissolução da Assembleia Constituinte e, conseqüentemente, com a saída de José Bonifácio do processo de elaboração da carta constitucional, inviabilizou que seus *Apontamentos* fossem incorporados à Constituição de 1824. Contudo, constituíram-se “em fonte de inspiração para outros ideólogos do processo civilizatório que foi implantado no decorrer do século XIX” (VASCONCELOS, 1999, p. 46). Será no período regencial que os *Apontamentos para a Civilização dos índios bravos do Império do Brasil* ganharão espaço, quando a escravidão e as guerras justas contra os indígenas, explicitadas nas Cartas Régias, serão revogadas. José Bonifácio, reconciliado com D. Pedro I, de volta ao cenário palaciano, designado como tutor de seus filhos.

À guisa de conclusão: José Bonifácio, um quase desconhecido?

A independência do Brasil proclamada por D. Pedro I, a Constituição Política do Império do Brasil, de 1824, apelidada de “Constituição da Mandioca”, e a instalação do regime monárquico pouco ou nada fizeram em prol dos povos indígenas. A esperada revisão das ações impostas aos indígenas desde os anos da Colônia foi interrompida com a dissolução da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, instalada no Rio de Janeiro em maio de 1823. Os anos após a proclamação da independência foram assinalados por uma continuidade da política anterior de ocupação de terras indígenas, ainda que oficialmente não tenha sido declarado novas guerras de extermínio.

O Imperador, em descontentamento com o rumo das discussões dos constituintes, recusou pela limitação de seus poderes absolutos quando se desenhava uma identidade de um novo Estado brasileiro. Sem a atenção que o documento merecia, José Bonifácio de Andrada e Silva, em 1821, apresentou às Cortes de Lisboa seus *Apontamentos para a*

civilização dos índios bravos do Império do Brasil. Em seguida, foram levados à Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, com pouco tempo de projeção.

D. Pedro I dissolveu a referida Assembleia para outorgar a primeira Constituição do Brasil, a impor seu próprio projeto e deixar de lado uma discussão sobre os povos indígenas. Os indígenas são mencionados na Carta Constitucional como “cidadãos brasileiros”, como todos aqueles que nasceram em território nacional. Na Constituição do Império do Brasil não há uma única vez a palavra índios, como eram designados à época. Todo o empenho do “Patriarca da Independência” foi desconsiderado. Histórias invisibilizadas.

Contudo, os povos indígenas encontravam-se na persistência de José Bonifácio, materializada em seus escritos. Na idealização da implantação de um programa de integração dos índios à sociedade nacional. Na catequese dos índios. Na promoção da miscigenação entre índios e “brancos” para o nascimento de uma nova raça e homogeneização da cultura brasileira, com a prevalência do elemento “branco”, o civilizador. Acreditava que o caminho a ser trilhado seria a criação de novos aldeamentos e a manutenção dos antigos, para onde seriam transferidos compulsoriamente os índios. Pela educação, passariam a atender a uma ordem social, política e religiosa, um poderoso instrumento de desenvolvimento humano, na concepção de José Bonifácio. O caminho civilizatório para conduzir não apenas os indígenas, mas a população brasileira.

Não se tem dúvidas do papel do “Patriarca da Independência” nas discussões sobre os povos indígenas durante o Império brasileiro. Apartou-se dos ideais do Estado por discordar da aplicação da “guerra justa” e da usurpação dos territórios das populações autóctones. Revisitar o estudo *Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil*, de autoria de José Bonifácio de Andrada e Silva, consiste em um bom começo para o entendimento do papel crucial do indígena na formação da sociedade brasileira, para compreender o papel do índio na formação do Brasil.

Ainda que haja uma distante temporalidade do documento ora visitado, acreditamos que grande parte das preocupações de José Bonifácio

se faz presente no cenário do Brasil e da política indigenista da atualidade, mesmo que a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, pela primeira vez na história, reserve um capítulo especialmente aos povos indígenas. Entender um documento escrito há quase dois séculos, consiste em uma oportunidade para se repensar no tratamento que o Estado brasileiro vem destinando aos povos autóctones nos dias de hoje. Uma oportunidade de calcular há quanto tempo os povos indígenas aguardam pela efetivação e cumprimento de políticas indigenistas que possam contemplar seus modos tão diferenciados de estar no mundo. É ter conhecimento do reconhecimento de José Bonifácio diante às violências cometidas contra os povos indígenas de seu tempo. Violências ainda presentes.

A História tem muitas caras. Quem é contemplado a ocupar o púlpito da historiografia? É uma questão controversa. Mas, certamente, José Bonifácio de Andrada e Silva, por se propor a entender e estudar os povos indígenas, bem como outras bandeiras levantadas enquanto estadista, deveria sair da invisibilidade em que se encontra; por discordar da aplicação da “guerra justa” e da usurpação dos territórios das populações autóctones, práticas predominantes de sua época; por estar o “Arquiteto da Independência” nas páginas de aço do *Livro de heróis e heroínas da pátria*, exposto no Panteão da Pátria Tancredo Neves, na Praça dos Três Poderes, em Brasília, careceria estar mais presente nos livros didáticos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Excelentes oportunidades para atender ao que estabelece a Lei 11.645/ 2008, ainda que as escolas não devam ser, nos termos de Paulo Miceli (1994, p. 18), “um viveiro de heróis”.

Em 1953, o governo brasileiro presenteou a cidade de Nova Iorque com uma escultura em bronze do “Patriarca da Independência”, de autoria do artista José Otávio Corrêa Lima (1878-1974). Inaugurada em 1955, foi erigida no Bryant Park, junto à Avenida das Américas, um dos pontos mais valorizados de Nova Iorque. No fim dos anos 80, após uma remodelação do Bryant Park, a estátua de José Bonifácio não foi colocada no local onde se encontrava inicialmente. A comissão de arte que acompanhou os trabalhos de revitalização do parque e áreas de entorno

não concordou com a nova localização da obra escultural e intercedeu no sentido de removê-la para um local mais visível e valorizado. Hoje o “Arquiteto da Independência” encontra-se no espaço conhecido por Nikot Tesla Corner, saindo da invisibilidade do espaço anterior.

José Bonifácio de Andrada e Silva, ainda que com pouca expressividade nos livros didáticos, é um herói nacional e internacional que virou estátua. Proferiram Bolognesi e Puntoni (2012) que a história é um instrumento de poder. Exprime uma vontade de poder. E, da mesma forma, um discurso que desenha a memória coletiva do Brasil. Como conjeturou José Bonifácio, “ler-me-ão até o fim do mundo, se esta obrinha lá chegar”. (SILVA, 2000, p. 200).

Referências

BOLOGNESE, Luiz; PUNTONI, Pedro. *Meus heróis não viraram estátua*. São Paulo: Ática, 2021.

BUENO, Eduardo. *Brasil: uma história*. 2ª. ed. rev. São Paulo: Ática, 2003.

CALDEIRA, Jorge. *História da Riqueza no Brasil*. Cinco séculos de pessoas, costumes e governos. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Política indigenista no século XIX. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). *História dos índios no Brasil*. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura, 1998, p. 133-154.

CAZUZA; FREJAT. Ideologia. In: *Ideologia*. CAZUZA; ROMERO, Nilo; NEVES, Ezequiel (produt.). Rio de Janeiro: Philips, 1988. 1 CD; faixa 1.

CORRESPONDENCIA. O Tamoyo, Rio de Janeiro, n.4, p. 2, 26 agosto 1823. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/700533/per700533_1823_00004.pdf. Acesso em: 29.09.2021.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. *Lei 13.615, de 11 de janeiro de 2018*. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/1782011/do1-2018-01-12-lei-no-13-615-de-11-de-janeiro-de-2018-1782007. Acesso em: 19.09.2021.

DOLHNIKOFF, Miriam. Introdução. In: SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Projetos para o Brasil*. Organização de Miriam Dolhnikoff. São Paulo: Companhia das Letras; Publifolha, 2000, p. 3-19.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 12ª. ed., 2ª. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007 (Didática, 1).

- GOMES, Laurentino. *1822*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.
- MICELI, Paulo. *O mito do herói nacional*. 4ª. ed. São Paulo: Contexto, 1994 (Coleção Repensando a História).
- MOREIRA NETO, Carlos de Araujo. *Os índios e a ordem imperial*. Brasília: CGDOC/ Funai, 2005.
- MOTA, Carlos Guilherme. Nosso pai fundador. In: *Folha de São Paulo*. Jornal de Resenhas, São Paulo, 13 ago. 1998. Disponível em: <http://resenhasbrasil.blogspot.com/2008/11/projetos-para-o-brasil.html>. Acesso em 19.09.2021.
- ALERTA! O Sentinella da Liberdade na Guarita de Pernambuco, Recife, n.36,pag.1, 06 de agosto de 1823. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=759961&pasta=ano%20182&pesq=Andradas&pagfis=12>. Acesso em 30.09.2021.
- OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. *A presença indígena na formação do Brasil*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006 (Coleção Educação para Todos, 13)
- PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 26ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- PRIORI, Mary Del. *As vidas de José Bonifácio*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. 2ª. ed., 2ª. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SILVA, José Bonifácio de Andrada. *Projetos para o Brasil*. Organização de Miriam Dolhnikoff. São Paulo: Companhia das Letras; Publifolha, 2000.
- VASCONCELOS, Cláudio Alves de. *A questão indígena na província de Mato Grosso: conflito, trama e continuidade*. Campo Grande: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1999.